

ANC p1

As pequenas empresas sem crédito

GAZETA MERCANTIL

1 - JUL 1988

1 - JUL 1988

ANC

Para evitar o aumento do déficit público, decorrente da anistia da correção monetária dos empréstimos dos pequenos tomadores do Plano Cruzado, aprovada em primeiro turno pela Assembleia Constituinte, o presidente José Sarney autorizou ontem a suspensão, por tempo indeterminado, dos programas orçamentários específicos para pequenas e médias empresas. Na quarta-feira o presidente já havia determinado o corte do crédito rural, que só em julho será de CZ\$ 30 bilhões. Essa decisão poderá ser estendida até outubro, segundo informações do repórter Ascânio Selem.

O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes, que ocupa interinamente a pasta, informou ontem que estão em curso estudos tanto do lado da receita quanto da despesa. A sua aplicação, no entanto, está condicionada à obtenção do valor do gasto do governo com a decisão da Constituinte.

No Ministério da Agricultura o corte no orçamen-



Paulo César Ximenes

to de crédito para julho foi interpretado como um instrumento para tentar reverter a decisão da Constituinte no segundo turno, conforme apurou o repórter Ivanir Bortot. O ministro Iris Rezende não acredita que serão necessários cortes no orçamento de custeio e investimento da safra 1988-89 para compensar as perdas do governo.

Segundo ele, a dívida de empresários é maior que a contraída pelos produtores rurais, não havendo razão para que sejam penaliza-

dos os recursos para a agricultura. No entanto, levantamentos preliminares do Ministério da Fazenda indicam justamente o contrário, segundo informação do secretário especial para assuntos econômicos, João Batista Camargo.

"A absorção dos prejuízos levará à expansão da emissão de moeda e ao conseqüente aumento de inflação", disse Antônio Pádua da Rocha Diniz, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) ao repórter Ronaldo D'Ercole. Em sua opinião, a partir de agora o setor bancário deverá adotar medidas seletivas na concessão de empréstimos. Para ele, os bancos têm o direito de escolher sua clientela, evitando aquela que lhe deu prejuízos anteriores.

Essa posição é compartilhada pelo diretor do Banco Meridional do Brasil, Lori Ferrazo, para quem a rede bancária tenderá a concentrar seus empréstimos em faixa de menor risco, segundo relato do repórter Guilherme Arruda.

De acordo com cálculos do presidente da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Estaduais, José Soares, a decisão da Constituinte deverá trazer para os bancos estaduais um prejuízo da ordem de CZ\$ 60 bilhões. Ele acredita que essas instituições suspenderão provisoriamente a concessão de crédito para microempresários e pequenos produtores rurais até se que se configure o montante real da perda.

Para o presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Paulo Carneiro, a anistia aprovada resultou "em algo bastante distorcido". Ele disse ao editor Eduardo Sganzerla que "foi injusto de um lado, porque a generalização prejudica a análise de cada caso; por outro, foi ineficaz, pois estabelece restrições que acabarão deixando de fora muitos produtores que deveriam ser beneficiados pela anistia".

(Ver páginas 5 e 6)

A Constituinte estabeleceu ontem o prazo de quatro anos para que as empresas mineradoras estejam industrializando seus produtos em território nacional. O texto não poderá ser mudado no segundo turno de votação da Assembleia.

(Ver página 5)